

Cadernos Macambira
V. 5, Nº 2, 2020. Página 146 de 448. ISSN 2525-6580
Anais do I Congresso Internacional Online de Educação Profissional, Territórios e Resistências - I CIEPTER – 21 a 30 de setembro de 2020.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/

Grupo de Diálogo 03: Educação Profissional e Tecnológica, Trabalho Associado e Economia Solidária.

Extensão universitária e a economia solidária: caminhos possíveis através do projeto de extensão ecocampo

Ivna Herbênia da Silva Souza, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes - herbeniasouza@gmail.com;
Tatiana Santos Borba, Professora Colaboradora da Pós-Graduação em Inovação Social com Ênfase em Agroecologia e Economia Solidária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus de Bom Jesus da Lapa /BA- Pesquisadora do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes – tsantosborba@gmail.com;
Ana Maria Ferreira Menezes, Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, na modalidade a distância (bolsista CAPES) e Professora permanente do Doutorado Multi-Institucional, Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento – ana_mmenezes@hotmail.com.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Trabalho Associado, Economia Solidária.

INTRODUÇÃO

O processo de financeirização do capital e a flexibilização das relações entre capital e trabalho fomentam uma nova forma de divisão social do trabalho, que inclui/exclui o trabalhador (a) na perspectiva do lucro; ignora a diversidade cultural; e, à realidade das comunidades locais, estabelece-se como nova ordem produtiva na sociedade capitalista. Todo este movimento por parte do capital proporciona o aumento acirrado da competitividade e, assim, amplia a demanda pelo conhecimento e informação que desenvolvam cada vez mais as competências e habilidades destes trabalhadores (as).

Diante desta situação, a Economia Solidária surge como oportunidade de enfrentamento ao modelo hegemônico e excludente do capitalismo. Como pondera Kraychete (2000 apud Gaiger, 2000), o conceito de economia solidária carrega algo de projeção e de desejo. Ou seja, idealiza e

prefigura o que seria uma economia solidária e, depois, busca trabalhar neste sentido. Com este movimento, surgem também outras necessidades voltadas a qualificação profissional destes empreendedores, que buscam relações econômicas mais solidárias e éticas, na geração de trabalho/renda e na busca pela sobrevivência diária.

Na tentativa de suprir as necessidades enfrentadas por estes empreendedores da economia solidária (que muitas vezes são de ordem administrativa e contábil), as universidades brasileiras buscam integrar à pesquisa e extensão universitárias as demandas destes empreendimentos, a partir do processo conhecido como incubação.

Singer (2004. p. 01), afirma que "a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão 'desregulamentada' das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX". A história tem revelado tempos de constante adaptação e correções de deficiências a nível social. Na própria história do capitalismo denota-se casos de fragilidade, como a enfermidade social que atingiu a sociedade europeia no século XX. As más condições de trabalho e de remuneração fizeram sentir-se fortemente no sistema industrial em vigor, devido à facilidade de contratar e demitir, que trouxeram precariedade no emprego (SILVA e SILVA, 2008, p. 03).

A intervenção do Estado nas relações sociais, sob a forma de política social, surge no final do século XIX como uma resposta ordenada às lacunas existentes na sociedade humana, procurando alcançar o bem-estar social através de medidas que levam a uma ordenação social mais justa.

Na atual crise política e econômica do nosso país os modelos de economia solidária estão novamente se fortalecendo e servindo de base de sobrevivência diária para diversos trabalhadores (as) que novamente sofrem com a crise estrutural do pleno emprego. Para os trabalhadores (as) este outro modo de se relacionar economicamente garante a segurança alimentar e a qualidade de vida diante de um mercado tão retraido. Desta forma, a economia solidária configura-se uma alternativade enfrentamento a mais uma crise do sistema capitalista.

Para Singer (2004) a Economia Solidária é formada, principalmente, por empreendimentos autogestionários atuantes em diversas atividades econômicas como a produção, comercialização, consumo e crédito que, uma vez reunidos em um todo economicamente consistente e cooperando

entre si, em vez de competirem, constituiriam as bases de um modo solidário de produção podendo superar o sistema capitalista.

Nesse sentido, o presente trabalho busca externalizar as atividades desenvolvidas no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT campus de Bom Jesus da Lapa através da Incubadora de Organizações Associativas EcoCampo, um projeto de extensão universitário, que atuou nas comunidades do município de Bom Jesus da Lapa - Bahia e no município de Serra do Ramalho. A metodologia utilizada para estes escritos é de pesquisa-ação que, para Thiollent, (2005, p.16) é um método ou uma estratégia de pesquisa que agrega várias técnicas da pesquisa social, [...] participativa e ativa ao nível da captação da informação.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é uma forma de organização para o trabalho, onde as pessoas e seus saberes tácitos são mais valorizadas do que a lucratividade e a competitividade, habilidades postas pelo sistema capitalista. É válido pensarmos, também na Economia Solidária como modo de geração de trabalho e renda, bem como organização para o trabalho que se adaptam a produções atípicas, onde se tem a posse da terra e do processo produtivo, como é o modelo praticado na agricultura familiar. Para Singer, (2002, p. 10) a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.

A economia solidária indica uma interface com a definição do desenvolvimento sustentável que parece caber diversos significados, pois é tratado como sinônimo de sociedade racional, de indústrias limpas, de crescimento econômico, de utopias românticas; tudo nele parece pertencer. O que abrange ainda a satisfação das necessidades do presente, o atendimento das necessidades dos pobres e manutenção da capacidade das gerações futuras em satisfazer suas necessidades (BORBA, 2011, p, 2), principalmente nos quesitos sociais - que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento sustentado por uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres, econômicos, cultural e espacial.

A economia solidária no Brasil, é fruto da relação entre dois processos históricos, um econômico político e um social. O primeiro refere-se às mudanças sofridas nas relações do mercado de trabalho, como o exército de reserva e os excluídos deste processo, e as transformações da nossa moeda em conjunto com a reforma de Estado. O segundo, processo social, refere-se as experiências acumuladas pelos atores sociais dos mais diversos grupos de luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Assim sendo, o desenvolvimento dessa forma de organização socioeconômica aparece também como resposta dos setores organizados da sociedade aos impactos das transformações econômicas e sociais para a esfera do trabalho e suas repercussões para pior das condições de grande parcela da população brasileira.

Num plano mais imediato, o enfrentamento de muitas das atuais dificuldades das organizações econômicas populares pressupõe um trabalho educativo mais permanente junto às mesmas, voltado para a construção de um conhecimento, por parte dos seus integrantes, sobre as condições necessárias de sustentabilidade e gestão destas organizações. Isto requer o desenvolvimento e à amplificação de conhecimentos e práticas adequadas à realidade específica dos empreendimentos da economia solidária e popular, para que se transforme num saber coletivo. Para Singer:

> A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. [...] A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho. (SINGER, 2002, p. 04)

As relações de trabalho na economia solidária proporcionam um ambiente fértil para as experiências de organização coletiva, que crescem e se renovam, cada vez mais e gradativamente, para outros ambientes da vida em sociedade. São iniciativas que surgem inicialmente da necessidade das pessoas em garantir a sobrevivência diária, mas aos poucos exercem uma transformação cultural social, nas relações entre os trabalhadores que vivenciam estas experiências.

Com poucas exceções, o membro de Empreendimento de Economia Solidaria - EES tem baixa escolaridade, pouca ou nenhuma experiência no mercado formal e é oriundo de bairros populares e da agricultura familiar ou de empresas falimentares por terem passado a vida produtiva presos à cultura da heterogestão. Não obstante o conhecimento tácito que estes trabalhadores têm

do processo produtivo em si, a baixa escolaridade compromete o processo de formação gerencial, que tende a ser mais longo e penoso. O baixo domínio da língua e das operações básicas de matemática impõe que se utilizem também técnicas não letradas (comunicação oral, jogos, teatro, dinâmicas de grupo diversas, etc.) na formação.

Esta baixa escolaridade implica em dificuldades para a realização do estudo de viabilidade econômica, de cálculo do ponto de equilíbrio e da gerência cotidiana do empreendimento, assim como se reflete na grande resistência dos cooperados em relação aos controles financeiros e administrativos que se busca implantar no processo de empoderamento dos empreendedores. Assim, é importante que se associe à incubação a facilitação do acesso à escolaridade básica, através do retorno à escola ou de algum tipo de formação complementar.

Diante de tais desafios trabalhamos a metodologia de incubação universitária que é uma proposta composta por três etapas: a Pré-incubação, a incubação propriamente dita e a desincubação, onde o tempo previsto gira em torno de dois a três anos, voltado para a práxis da extensão universitária, isto é, para promover a interação direta entre universidade e comunidade, através da troca de saberes, na medida em que sistematiza e (re)elabora o conhecimento tanto acadêmico quanto popular concretizando a troca mútua de conhecimentos e experiências diferenciadas entre cooperados, professores, colaboradores e alunos no trabalho conjunto para a construção da emancipação das cooperativas.

O TRABALHO DA ECOCAMPO

O projeto objetivou promover a atividade extensionista da Universidade do Estado da Bahia – UNEB / CAMPUS XVII através da inclusão social, bem como a formação de pesquisadores e agentes experientes no campo do Cooperativismo e da Economia Solidária. Ao todo, participaram do projeto três associações e uma cooperativa. Para desenvolvimento das atividades e levantamento dos problemas foi utilizada como metodologia a pesquisa-ação com realização de um diagnóstico rápido participativo - DRP, estabelecendo-se, assim, o período da Pré-incubação.

Na etapa, do processo de incubação propriamente dito, com base no DRP, para sanar algumas pendências das comunidades haja vista a falta de incentivo e cobertura do Estado nas

políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER, foi desenvolvida uma parceria com o Laboratório de Políticas Públicas, ruralidades de Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDEs do IF Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa, através dos estagiários para suporte técnico das atividades de construção de hortas comunitárias, manejos de sistemas agroecológicos, treinamento para atividades em apiários, manejo de bioinseticidas e criação de um banco de sementes crioulas para a implantação de quintais produtivos. Nesse sentido, foram realizadas visitas técnicas, cursos, seminários e oficinas com o intuito de promover a formação continuada dos associados, com estas ações estabelecemos a mesma metodologia para todas as associações participantes.

Foram desenvolvidas atividades importantes, tais como: Criação do Grupo de Mulheres da Universidade Aberta da Terceira Idade - UATI, elaboração do planejamento estratégico de associações em comunidades rurais como a Associação de Mulheres Campesinas de Serra do Ramalho, Associação Arco Verde no Mossorongo (zona rural de Bom Jesus da Lapa), além da construção do Plano de Negócio da Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar de Serra do Ramalho - COOPRASERRA, no município de Serra do Ramalho.

Na etapa pós-incubação, pudemos observar a evolução das associações e cooperativa no modo de gerir os empreendimentos. Todos estavam mais conscientes das necessidades de ajustes ao mercado para enfretamento das dificuldades, principalmente no quesito comercialização, bem como da importância do planejamento estratégico e da estruturação do plano de negócios, itens básicos para a sobrevivência dos empreendimentos frente ao mercado capitalista. Além do mais, todos, compreenderam a importância dos princípios da autogestão para o fazer colaborativo e sustentabilidade dos seus empreendimentos, bem como a importância de se ter uma rede de comércio justo solidário para desenvolvimento de prática solidárias.

Destarte, o projeto buscou ao longo dos quatro anos de execução, proporcionar aos associados, conhecimentos, específicos para cada participante, que perpassa por aspectos sociais, econômicos, técnicos, além da dimensão política que se fundamenta a partir de sistemas de representação que criam condições para que a tomada de decisões seja fruto de uma construção coletiva, de poder compartilhado de opinar e decidir, como forma a garantir o equilíbrio de forças presentes no coletivo. Além do entendimento sobre a prática da autogestão, compreendendo esse exercício, como uma prática de poder compartilhado, um conjunto de práticas sociais cuja

característica principal é a natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo.

Fica evidente que encontrar uma harmonia das práticas extensionista e a realidade das comunidades que necessitam serem atendidas em suas demandas um dos desafios desafio das universidades. Pois, tal ação, representa um processo de construção e aprendizagem sistematizado, contínuo e acumulativo, entendido como um percurso a ser feito com liberdade, transparência, respeito e responsabilidade, onde os atores quebram barreiras e eliminam etapas na busca dos objetivos traçados. Pois, o conhecimento precisa ser libertador e inovar-se sempre e neste sentido trazemos Freire (2005) ao afirmar que:

> Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua "convivência" com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis [...] É nesse sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos (FREIRE, 2005, p. 29).

Por um lado, esse modo de geração de renda pelo qual, as pessoas se associam, deixa evidente a necessidade de uma incubadora, que é a definição do tempo de aprendizagem de um EES com a retaguarda da universidade. Já a forma de capacitação para a geração de trabalho e renda dessas incubadoras representa um desafio para a sua equipe, pois os grupos que são assessorados não se encontram num mesmo patamar de organização política, social, jurídica e produtiva. E, para tanto, se faz necessária uma metodologia que se adapte a cada perfil de empreendimento bem como ao tempo da assessoria junto a estes. Lembramos que cada associação/cooperativa deve ter uma proposta individual de incubação, que em algum momento puderam convergir em ações metodológicas, ou não. Quanto ao processo de desincubação ele pode acontecer ou apenas amadurecer no que tange as relações inicialmente pactuadas, pois estamos falando de empreendimentos que nascem frágeis e necessitam sobreviver ao lado de uma economia de capital, já que não temos um circuito de comercialização totalmente solidário. Sendo as relações de solidariedade uma nuance interna dessas experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária aposta em outra construção para a geração de trabalho que não passa pela tomada de poder. O trabalho na cooperativa ou associação, paralelo a um sistema capitalista, impõe vários obstáculos aos associados que geram a necessidade de uma incubação, estudo e aprofundamento teórico para entendimento das raízes reais dos problemas, que nos dão a possibilidade para fomentar o debate e estudo, já que as atividades de formação brotam facilmente das dificuldades inerentes ao trabalho associativo numa sociedade capitalista.

A disseminação da economia solidária representa cada vez mais uma possibilidade de sobrevivência das camadas da população excluídas do mercado formal de trabalho. Sob diferentes formas organizativas de manifestações, constroem sob princípios gerais e fundamentais, a prática da autogestão, caracterizada por tomadas de decisão mais democráticas, relações sociais de cooperação entre pessoas e grupos e pela horizontalidade nas relações sociais em geral.

O projeto trouxe vários frutos tanto para os empreendimentos envolvidos no processo de incubação quanto aos alunos no curso de Bacharelado em Administração da UNEB e aos alunos do curso Técnico Subsequente em Agricultura do IF Baiano. Os empreendimentos puderam viver a compreensão dos princípios da economia solidária e os alunos puderam colocar em prática as teorias e conceitos vistos em sala de aula.

Contudo, as dificuldades encontradas para a realização das atividades perpassam por questões pontuais, tais como: dificuldades de locomoção para a realização dos diagnósticos, visto que, algumas comunidades são de difícil acesso e a UNEB não dispunha de carro para deslocamento dos professores e alunos; ausência de material didático (livros) sobre os assuntos na biblioteca do DCHT/XVII , para elaboração do material de apoio para os ciclos de formação; falta de espaço físico no Departamento, para realização dos trabalhos, reuniões e treinamentos

Destarte, as incubadoras desempenham um papel muito importante na prestação das atividades de formação técnica, administrativa e política (de forma integrada e continuada) aos trabalhadores que pretendam formar uma cooperativa popular autêntica. E, num trabalho conjunto, estes atores, buscam criar e motivar os valores cooperativistas da economia solidária. Porém, o trabalho das incubadoras por si só, não traz a sustentabilidade e a emancipação dos empreendimentos de economia solidaria, pois existem problemas mais processuais que vão além

dos processos de incubação e dependem de vários fatores, como as relações interpessoais, a gestão, o cumprimento das regras e normas previstas no ato de constituição deste EES, ou mesmo a falta de regras claras no caso de grupos informais.

As concepções teóricas e metodológicas daqueles que estão trabalhando, a partir de uma incubadora universitária constituem, no mínimo, ponto de partida relevante para a socialização dessas concepções, conferência e ajuste de conceitos no âmbito da coletividade. Nesse sentido, as atividades de formação (enquanto ferramentas de fortalecimento da educação no e para o trabalho) devem pautar-se em relações horizontais, potencializando o vínculo grupal e a projeção da imagem dos trabalhadores, para que os mesmos sejam vistos como sujeitos ativos, capazes de decidir coletivamente seus destinos, totalmente conscientes de suas possibilidades e limites.

REFERÊNCIAS

BORBA, T. S. Incubadoras universitárias e movimento social da economia solidária. In: **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidade e (Des)igualdade** – CONLAB. UFBA, 10 agos 2011. 15p. Disponível em: < https://www.yumpu.com/pt/document/view/37130847/incubadoras-universitaarias-e-movimento-social-da->, acessado em 01/09/2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Editora Paz e Terra 1970, 23ª Edição, 2005.

GALLO, Ana Rita; EID, Farid. Metodologia de Incubação e Desafios para o Cooperativismo Popular: uma análise sobre o trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCar. In: **Seminários de Metodologia para Projetos de Extensão**, 2001. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/11776050/Metodologia-de-Incubacao-e-Desafios-Para-o-Cooperativismo-Popular-Uma-Analise-Sobre-o-Trabalho-Da-a-de-Cooperativas-Populares-Da-UFSCar. Acessado em: 18/06/2018.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, Rio de janeiro, Ed. Vozes Capina, Salvador: CESE: UCSAL, 2000, 246.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia popular solidária: paisagens e miragens. **Cadernos do CEAS**, n 228, 2007.

MEDEIROS, Amanda Cristina e CUNHA, Eduardo Vivian da. Economia Solidária e Desenvolvimento local: a Prática dos Empreendimentos Econômicos Solidários na Região do Cariri Cearense. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí. Ano 10, n. 21. (2012). p. 61-87.

SILVA, José Luís Alves da e SILVA, Sandra Isabel Reis da. A economia solidária como base do desenvolvimento local. **E-cadernos ces** [Online], 02 | 2008, colocado online no dia 01 Dezembro 2008, consultado a 21 Setembro 2015. URL : http://eces.revues.org/1451; DOI : https://doi.org/10.4000/eces.1451. Acessado em 19/09/2018.

SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2005.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo:** uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. ***Pensando o Brasil, a economia solidária e o desenvolvimento local.*** Acessado em: 23/09/2018, em http://fmf.marista.edu.br/down/rs_ESDL.pdf.